



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Decisões para depois do recesso

O Congresso Nacional entrou em recesso nesta quinta-feira, e as atividades parlamentares, em Brasília, reiniciam em primeiro de agosto. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deveria ter sido votada neste primeiro semestre, ficou para o início dos trabalhos, em agosto.

Anistia das dívidas dos partidos

Tanto na Câmara quanto no Senado, os parlamentares decidiram adiar vários projetos em pauta, que serão retomados após o recesso. Entre eles, a PEC da Anistia das dívidas dos partidos, que permite o refinanciamento com isenção de juros e a autonomia financeira do Banco Central.

Não entrou em pauta

Mesmo com pressões de senadores e de dirigentes partidários, a PEC da Anistia, que libera partidos políticos de multa, ficou para o segundo semestre. A proposta, que pode perdoar até R\$ 23 bilhões em multas, foi aprovada pelos deputados na última semana. Parlamentares acreditavam que seria votada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, nesta quarta-feira, mas não entrou em pauta por decisão do presidente da Comissão, Davi Alcolumbre (União-AP).



JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO/JC

Problema é discutir 'o sexo dos anjos'

Em pressões feitas no apagar das luzes, pelo senador Eduardo Girão (Novo-CE), Alcolumbre disparou: "o problema da política brasileira é ficar discutindo o sexo dos anjos e não colocarem o item para votação". E concluiu: "dependendo da matéria, às vezes, a gente se pauta por uma pauta que não houve, ou por um acontecimento que não vai acontecer". A PEC também prevê anistiar todas as sanções tributárias de partidos que estão inadimplentes há mais de cinco anos.

Fundo Partidário

O texto cria o programa de recuperação fiscal para renegociação das dívidas dos partidos e permite que as legendas utilizem recursos do Fundo Partidário para parcelamento das multas eleitorais. Ficou para o segundo semestre também a renegociação das dívidas dos estados.

Cargas de impostos

Uma enxurrada de memes críticos ao ministro Fernando Haddad (PT), da Fazenda, tomou conta das redes sociais nos últimos dias. Haddad aparece de todas as formas e vem sendo chamado de "Taxad". Os opositores tentam responsabilizá-lo pelo aumento da carga tributária.

'Taxa das blusinhas'

O ministro da Fazenda recebeu apoio de diversos parlamentares, e o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), explicou que a chamada "taxa das blusinhas", foi uma medida para proteger a indústria nacional.

Secretária de Comunicação se afasta para atuar nas eleições

Palácio Piratini ainda não anunciou quem substituirá Tânia Moreira

/ GOVERNO DO ESTADO

Bolívar Cavalari

politica@jornaldocomercio.com.br

O governo do Rio Grande do Sul comunicou nesta quinta-feira, em nota oficial, que a secretária estadual de Comunicação, Tânia Moreira, deixará a pasta nas próximas semanas para se dedicar às campanhas eleitorais de 2024. Até o momento, o Executivo não anunciou quem será o substituto.

O comunicado ocorreu em um momento de especulações de mudanças no secretariado do Estado. Na nota, o governo afirmou que "reitera a confiança na equipe de secretários e nos partidos que compõem a base de apoio à gestão". O Executivo ainda completou: "não há discussões sobre mudanças no secretariado no momento e quaisquer debates a respeito seriam conduzidos em diálogo com partidos e bancadas".



FELIPE DALLA VALLE/PALÁCIO PIRATINI/JC

Tânia Moreira também esteve à frente da pasta na primeira gestão Leite

Conforme a nota oficial, a prioridade do governo gaúcho neste momento são as pautas de reconstrução do Rio Grande do Sul após a catástrofe ocorrida em maio e a aprovação na Assembleia Legislativa do pacote de projetos de lei que prevê reajuste salarial dos servidores da Segurança Pública e de reestruturação das carreiras.

Natural de Pelotas, Tânia Moreira esteve à frente da Comunicação do Estado desde o início do primeiro mandato do governador Eduardo Leite (PSDB), em 2019. Após deixar a pasta em 2022 para se dedicar à campanha eleitoral, a secretária reassumiu a Secretaria Estadual de Comunicação em janeiro de 2023.

Deputados pedem mais tempo para examinar pacote

/ CONTAS PÚBLICAS

Os deputados estaduais Felipe Camozzato (Novo) e Rodrigo Lorenzoni (PL) protocolaram na quarta-feira um ofício no Ministério Público de Contas do RS para alertar sobre uma possível manobra fiscal do governo Eduardo Leite (PSDB) para aprovar o pacote de projetos de lei que prevê diversas alterações no funcionalismo público do Estado. Os parlamentares também pediram, em documento, ao presidente da Assembleia, Adolfo Brito (PP), para que prorogue a apreciação das propostas na casa, que está marcada para esta sexta-feira, às 16h, em sessão extraordinária.

De acordo com os deputados, os projetos apresentam riscos à estabilidade fiscal das contas do RS, tendo em vista a previsão de queda na arrecadação em função da catástrofe climática de maio.

"O mais importante é essa urgência (para votar), e com o governo admitindo que vai vir um rompimento do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal como motivação para fazer agora a votação. Ou seja, (o governo) sabe que vai descumprir uma regra do limite de responsabilidade fiscal, que impediria este tipo de comportamento, e, por conta de saber disso, eles vão pedir uma votação e tomar esta atitude", argumentou Camozzato.

RODRIGO SAVEDRA/AL-RS/JC



Lorenzoni (e) e Camozzato lideram articulação para adiar votação

O deputado Lorenzoni lembrou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada na Assembleia Legislativa na semana passada prevê déficit de R\$ 362,47 milhões ao Tesouro do Estado e, com a possível aprovação do pacote de Leite, o impacto no orçamento poderia ser de até R\$ 1,8 bilhão aos cofres estaduais. "Nós temos um déficit projetado pro ano que vem de R\$ 362 milhões, e o governo não traz uma alternativa de equilíbrio fiscal, traz uma alternativa de aprofundamento do déficit", disse o parlamentar.

Lorenzoni afirmou que o objetivo de prorrogar a votação deste pacote se deve ao fato de que o Executivo protocolou os projetos no parlamento gaúcho na quarta, e os deputados estaduais têm cerca de 48h para analisarem as mais de 300 páginas presentes nas propostas. Para Camozzato, a apreciação da reforma em um curto período de tempo é "impossível". "Os deputados votarão sem saber no que estão votando", disse o parlamentar.

Além dos proponentes do ofício, até o fechamento desta edição, haviam assinado o documento os deputados Capitão Martim (REP), Gustavo Victorino (REP), Paporico Bacchi (PL) e Marcus Vinícius (PP).

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade

www.sko.com.br | 51 3342.9323